



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 32**

Sessão Extraordinária Novembro

Sessão em 06/11/2023

Aos seis dias do mês de Novembro do ano dois mil e vinte três, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho n.º 4, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Carlos Alberto Martins Nunes, Arlindo José Vieira Tavares, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, Manuel Simões Rodrigues, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, António José Jesus Monteiro, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e António Armando de Matos Nabais.[001](#)  
Faltou o Vogal Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores, Ana Cláudia Pinto Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Luís Miguel Capão Filipe, Rosa Maria Monteiro Venâncio, e Rui Jorge Soares Carneiro.

Faltou o Vereador Fernando Manuel Martins Nogueira.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Rita Alexandra Monteiro Baptista, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Manuel Simões Rodrigues, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, António José Jesus Monteiro, e António Armando de Matos Nabais.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Jorge Manuel Rocha Gonçalves, Beatriz Rodrigues Mota Carvalho, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, António Manuel Santos Salavessa, Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima e Nuno Filipe Moreira Teixeira, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, António Costa da Silva se fez substituir nesta reunião da sessão por Carlos Alberto Martins Nunes.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.<sup>003</sup>

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” para esta Sessão Extraordinária, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

**Ponto 1 – Apreciação e votação do Segundo Acordo de Modificação Objetiva ao Contrato e prévia autorização da repartição dos encargos do “Contrato para a Concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros e do Serviço Público de Transporte Fluvial de Passageiros e Viaturas, e das Oficinas e do Centro Coordenador de Transportes de Aveiro”;**

**Ponto 2 – Apreciação e votação da Concessão de Exploração da "Casa de Chá do Rossio" - abertura de Procedimento por Concurso Público;**

**Ponto 3 – Apreciação e votação da Alteração às Estruturas Nuclear e Flexível da Organização dos Serviços Municipais do Município de Aveiro;**

**Ponto 4 – Apreciação e votação do Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau do Município de Aveiro.**

**Ponto 1 – Apreciação e votação do Segundo Acordo de Modificação Objetiva ao Contrato e prévia autorização da repartição dos encargos do “Contrato para a Concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros e do Serviço Público de Transporte Fluvial de Passageiros e Viaturas, e das Oficinas e do Centro Coordenador de Transportes de Aveiro”.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 27/10/2023, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).*

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara<sup>004</sup> para apresentação do documento em epígrafe.

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>005</sup>

*“Muito obrigado. Boa noite a todos. Esta proposta que trazemos à Assembleia Municipal tem obviamente um histórico de 7 anos de operação do AveiroBus. E também da chegada, essa mais recente, de Agosto deste ano, da operação agora denominada BusWay, que foi o corolário daquilo que conseguimos nos procedimentos de concurso de concessão da Câmara há mais tempo e da CIRA há menos tempo. Sabendo que, deu-se a coincidência, qualquer um dos dois processos, só conseguiram ter adjudicação ao segundo processo concursal. obviamente que, fomos estudando, enfim, este conjunto de evoluções da nossa operação municipal, sabendo que, com a operação intermunicipal feita, enfim, nos termos da nova legislação, lembrando que esta foi uma aposta de Descentralização do Governo*

do Dr. Pedro Passos Coelho que foi mantida pelo Governo do Dr. António Costa, que foi delegar as competências de gestão dos transportes públicos rodoviários nas Comunidades Intermunicipais e nas Áreas Metropolitanas tirando-as do Instituto de Mobilidade e Transportes. E, era muito importante, porque há um conjunto de sobreposições no sentido de termos algumas das linhas e, enfim, dá-se a coincidência, embora não é por coincidência que algumas das linhas mais utilizadas, mais procuradas, na rede AveiroBus são também percorridas pela rede BusWay.

Depois tivemos, enfim, o choque frontal provocado pela pandemia, com tudo aquilo que de profundamente gravoso ela provocou na procura e em todos os sistemas de transportes, que levou inclusivamente o Governo do país a acionar mecanismos extraordinários de apoio financeiro às empresas e às entidades, que são autoridade como nós somos e a Cira a autoridade intermunicipal e depois todo este processo de retoma que começou a acontecer ainda em 2022 e que está já, enfim, em pleno, em 2023.

Com uma nota adicional, e estamos a trabalhar esses números todos para os perceber bem, para depois os podermos tornar públicos no início do próximo ano, com um crescimento da procura muito relevante neste ano de 2023. Terá eventualmente alguma coisa a ver com as condições socioeconómicas mais pressionantes para as famílias, com um claro crescimento da utilização, por exemplo, dos passes escolares e também as novas comunidades, os cidadãos imigrantes que têm vindo viver para o município, que em regra vão habitar para as zonas mais periféricas do centro da cidade, mas que muitos deles têm emprego nas zonas centrais e, portanto, são grandes utilizadores da rede de transportes públicos.

Neste quadro, tínhamos encomendado um serviço, um trabalho de estudo a uma das melhores empresas do país nestas áreas a TIS, que já tinha muita experiência connosco, porque foi a TIS que fez o Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro, o PIMT-RA, portanto tirámos também proveito do profundo conhecimento que a TIS tem do município e da Região de Aveiro. Esse trabalho foi feito, muito discutido, obviamente, com a TIS. Da nossa parte e envolvemos obviamente o nosso concessionário, como não podia deixar de ser, também com o envolvimento da autoridade regional de transportes da CIRA, porque obviamente a rede tem essa vivência conjugada em permanência, a rede municipal e a rede intermunicipal. Na altura, quando começámos esse trabalho obviamente ainda na perspetiva dela vir a operar, porque, repito, a rede BusWay só começou a operar no dia 1 de Agosto deste ano.

E foi neste quadro que tomámos decisões de aumentar a nossa oferta. Basicamente propiciando um aumento das carreiras diurnas, portanto, aquilo que são as operações normais. São 40% de carreiras a mais no período diurno, considerado das 8 às 20, passámos de 220 para 309 carreiras.

Um aumento das carreiras ao fim-de-semana. Portanto, fomos também percebendo que precisávamos de aumentar a oferta ao fim de semana e passámos de 54 para 118 carreiras ao fim-de-semana. Portanto, mais do que duplicamos com esta propostas, obviamente.

Nas carreiras noturnas nós tínhamos uma oferta muito reduzida durante a semana, de apenas 3 carreiras noturnas e passamos para 24. E criamos 2 linhas novas nas zonas centrais da cidade, passando por aquilo que referenciámos como sendo os pólos mais geradores de potenciais clientes e ligando-os entre si. Portanto são 2 anéis que tem a maior parte do anel são simultâneos e são feitos em sentidos opostos. Portanto os autocarros vão circular em sentidos inversos. Portanto, estas são no fundo são as linhas novas. Esta é a linha nova, sabendo que ela vai ser operada em 2 sentidos diferentes.

Depois formalizámos por aqui a abolição da chamada linha 13, a linha que fazia o serviço entre a Cidade e o Forte da Barra, para fazer a ligação a nossa rede AveiroBus fluvial ou marítimo, como quiserem. E, portanto, também apostando na rede apenas intermunicipal,

com alterações. Portanto fazendo uma soma daquilo que eram as ligações diretas da Cidade ao Forte e deixando as outras que têm também paragens no município de Ílhavo. E que por terem paragens no município de Ílhavo são intermunicipais (portanto essa operação também se trata aqui) o que permite que nós, naquilo que fazemos a mais e aquilo que fazemos a menos eliminando a linha 13, façamos então um aumento de quase 300 mil quilómetros anuais na nossa concessão, o que encerra um investimento direto na rede, daquilo que é a nossa comparticipação (como sabemos todos o pagamento é comparticipado) um valor superior a meio milhão de euros.

E, portanto, é neste quadro que, enfim, deliberámos. Eu quis numa reunião privada, já há muitos meses, partilhar com toda a vereação, obviamente em respeito lógico pelos senhores vereadores do Partido Socialista, porque, enfim, trabalharam connosco o processo, para que eles pudessem aduzir aquilo que entendessem por bem e, enfim, terminado esse processo, foi à Câmara e ao abrigo da lei tínhamos que receber parecer da agora denominada Autoridade de Mobilidade e Transportes.

Portanto a Autoridade emitiu o seu parecer. O parecer tem determinações que são simples, mas que exigem deliberação própria, porque são pequenas alterações ao nosso contrato. Nomeadamente a figura de gestor do contrato, que o nosso contrato não tem formalmente. Tem na prática. E também fazer uns ajustamentos no clausulado ligada às coimas de incumprimento. Portanto coisas simples. Mas depois o parecer tem uma série de recomendações que obviamente a nossa equipa técnica está a estudar uma a uma para depois decidirmos se sim, se não.

Há uma outra que, entretanto, já tinha sido decidida a sua adoção e, portanto, é neste quadro da plurianualidade daquilo que estamos a fazer desta despesa nova, que obviamente nos documentos de gestão para 2024 cá vamos trazer na próxima sexta-feira, já estão devidamente ponderados.

Enfim, temos que orçamentar desta maneira, sabendo que, obviamente, que à data, quando aprovámos o Plano, ainda faltava o parecer da AMT que entretanto chegou, já cá está, integra o processo. E com a deliberação da Assembleia Municipal, segue o processo a Visto do Tribunal de Contas e, obviamente, só com o Visto é que nós podemos avançar.

É evidente que não é o parecer da Autoridade que nos garante o Visto, como é evidente, o Tribunal tem a sua avaliação própria. Há uma questão na nossa proposta, enfim, que procurámos justificá-la com muita densidade, porque pode ser mais discutível com o Tribunal, são as linhas novas. A tal linha nova feita nos 2 sentidos, porque essa de facto não foi sujeita a concurso público inicial, enfim, achamos que ela está bem justificada, a Autoridade validou a nossa justificação, mas, obviamente, é preciso para que haja validade total termos o Visto do Tribunal de Contas.

Portanto é neste quadro que se desenvolveu todo este processo, que nos sentimos muito bem com a proposta, obviamente, enfim, trabalharemos com o Tribunal de Contas na relação com as solicitações do Tribunal para defendermos a nossa proposta. É nesta lógica, de forma equilibrada, evolutiva, fazemos este ajustamento complementar à nossa oferta de transportes, agora que vamos começando a estar numa situação de bom equilíbrio. Embora ainda com várias afinações para fazer na ligação da AveiroBus, na relação oferta AveiroBus com a oferta BusWay. Tivemos apenas um acidente, de uma cimeira que estava marcada, mas a guerra em Israel levou a que uma operação de emergência, o CEO do grupo tivesse de se deslocar para Israel e pela limitação dos voos ainda não pode regressar, conseguirá regressar no final deste mês de Novembro para fazermos então uma primeira cimeira de avaliação dos primeiros tempos. Porque naquilo que a nós respeita, não estamos a fazer a avaliação da performance da BusWay, essa respeita á CIRA, mas a relação da oferta BusWay com a AveiroBus, porque, obviamente

isso é muito importante para a oferta global de transporte público aos nossos concidadãos.

*Portanto, senhor Presidente e caros colegas, peço desculpa ter usado aqui um bocadinho mais de tempo, mas queria deixar esta introdução sistematizada. E estou ao dispor para participar no debate, conforme bem entenderem. Obrigado.”*

### Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:007

*“Um elemento central deste tipo de contratos, além da verificação da defesa dos interesses dos utentes, é saber se o valor do contrário respeita os interesses do município e se está em correspondência com o serviço prestado.*

*Nunca é demais relembrar que o parecer da AMT, sendo favorável, não é definitivo. Ele é claramente condicionado, como consta do parágrafo 144, ao cumprimento das determinações constantes do parecer, que deve ser comunicado à Autoridade no prazo de 20 dias, entre os quais se encontra e cito "a efetiva implementação de todos os mecanismos contratuais previstos para evitar situações de sobrecompensação". Da leitura dos documentos apresentados à Assembleia não resulta a verificação de que as determinações tenham sido cumpridas, tanto mais que ainda não decorreu o prazo determinado. Consideramos que dada a natureza vinculativa do parecer a Assembleia deveria ter sido informada por escrito do cumprimento das determinações e que, caso não estejam totalmente cumpridas, o voto da Assembleia deveria também ser condicionado. Ora, como essa figura (voto condicionado) não existe neste órgão, seria no mínimo lógico que o nosso voto ocorresse depois de verificado o cumprimento das obrigações decorrentes do parecer.*

*Se existe urgência agora é porque, provavelmente, houve negligência no passado.”*

*Mais. É um parecer de uma entidade externa que nos apresenta mais dados para discutir do que a própria Câmara Municipal.*

*Nesta apreciação estamos a discutir um investimento nos transportes públicos, mas concessionado ao privado. Sim, que tem reflexos imediatos na qualidade de vida da população, na meta da descarbonização, na economia e no descongestionamento da cidade.*

*Contudo ficamos sem saber, se, se vão aumentar as tarifas, quais as linhas reforçadas, qual é a linha que liga entre si as freguesias sem vir ao centro da cidade; com reforço de linhas implica aumento de motoristas, e não são os anunciados que vão colmatar a falta de investimento e contratação de mais trabalhadores.*

*Perante a difícil realidade que o povo e os trabalhadores vivem de aumento brutal do custo de vida, em que os salários e pensões são cada vez mais curtos para fazer face a todos os encargos mensais, prevê a Câmara que haja novo aumento de tarifas?*

*O parecer da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes coloca a necessidade de um reforço de motoristas, que sabemos já hoje serem insuficientes para garantir o funcionamento das linhas. Existirá ou não este reforço? Que esforços irá a Câmara encetar para garantir que estes trabalhadores que irão desempenhar uma tarefa permanente terão um vínculo de contrato efetivo com a empresa prestadora do serviço? E que garantias procurará a Câmara ter da valorização dos salários dos motoristas?*

*Há muito que o PCP se vem batendo pelo reforço de linhas e das carreiras, inclusive noturnas. É, portanto, com muito agrado que vemos finalmente passos nesse sentido. É desta que vamos ter linhas a ligar as freguesias entre si? É falada na criação de uma linha circular – afinal, o que liga?*

*Mas não é só de reforço que aqui falamos. Fica, agora sim, claro a eliminação da linha 13. Linha que ligava diretamente a Cidade ao ferry e vice-versa e que melhor servia o povo e os trabalhadores de São Jacinto, também estes, não esqueçamos munícipes do concelho de Aveiro - hoje obrigados a passar muito mais tempo no transporte, com supressões constantes de carreiras e com a conseqüente dificuldade na conciliação vida familiar/trabalho/escola; um serviço de má qualidade.*

*Mas, a verdade, é que o que precisávamos estar hoje a discutir era a reversão da concessão dos transportes a privados e a aposta numa empresa pública prestadora de um serviço público e no investimento público colocado ao serviço da economia e das populações. Isso é que verdadeiramente serviria os interesses do povo e dos trabalhadores do concelho de Aveiro - um serviço público de transporte é um instrumento essencial para a mobilidade das populações, que deve funcionar de forma integrada, prestando um serviço regular, seguro e fiável e corresponda às necessidades do povo e dos trabalhadores.”*

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

*“Obrigado senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes e quem nos acompanha pela internet. Já muito temos falado nesta Assembleia Municipal sobre a necessidade de melhorar o serviço de transportes públicos do concelho. Sobre a necessidade de um maior investimento na mobilidade suave, da importância de promover o usufruto do espaço público, criando mais espaços pedonais e de convívio, em que o automóvel perde espaço para os modos suaves e onde os transportes públicos são essenciais para essa transição.*

*Uma melhoria dos transportes públicos, quer em termos dos veículos em si (é necessário continuar a investir em transportes elétricos), quer em termos de horários e carreiras para melhorar a qualidade de vida de quem vive no concelho.*

*Neste momento, quem vive em freguesias mais afastados do Centro enfrenta dificuldades acrescidas em conseguir conjugar o horário dos transportes com o seu horário de trabalho e horário escolar dos filhos. Isto para não falar nos casos em que um munícipe tenha de mudar de autocarro para chegar ao destino e na dificuldade que existe na articulação dos horários e dos transportes entre si.*

*Pelo documento aqui apresentado sabemos que haverá um aumento no serviço em quilómetros, mas não temos mais informações sobre as rotas nem horários a estabelecer. No entanto, esperamos que este passo que crie condições para um reforço da oferta, traduzindo-se em mais serviços, melhores rotas, que sirvam os aveirenses. Por isso, votaremos favoravelmente. Obrigado.”*

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

*“Muito obrigado senhor Presidente, queria saudá-lo e na sua pessoa saudar todos os presentes e quem nos está a ver pelas redes sociais. Nós estivemos a ouvir com muita atenção a intervenção inicial do senhor presidente e pareceu-nos que aquilo foi um enorme exercício de autocrítica e, nesse sentido, nós parabenizamos o Senhor Presidente por, passados 7 anos, foram precisos 7 anos, mas, pronto, chegámos a esse ponto, reconhecer finalmente que era preciso mais carreiras, que era preciso fazer linhas circulares, que eram precisas carreiras noturnas, mais horários, etc.*

*Portanto, pelo menos passados 7 anos deu razão à oposição, quando nós defendemos aqui, quando estávamos a debater a concessão deste serviço público essencial a privados, que a concessão estava a ser feita em cima dos joelhos, com incompetência, com impreparação e*



*com desconhecimento daquilo que era a realidade concreta dos utentes e das pessoas que usam os serviços de transporte público em Aveiro.*

*Ainda por cima, nós também ouvimos aquele seu argumento de que a procura de transporte público, agora em 2023, este aumento que têm notado na procura do transporte público são pessoas que sentem dificuldades, novas comunidades que estão a usar o transporte público.*

*Nós não colocamos isso em causa, mas o facto de salientar isso como sendo um dos principais argumentos para fazer também esta revisão do contrato, também diz muito sobre aquela filosofia da Câmara Municipal em relação ao transporte público — é uma coisa para as pessoas que não têm possibilidade, em vez de ser uma ferramenta para desenhar urbanismo, para desenhar as políticas de mobilidade, para toda a gente que vive na cidade de Aveiro e no concelho. Não é só as pessoas que por razões de dificuldade económica e tudo mais, precisam de uma alternativa como esta.*

*Portanto, era possível políticas muito mais ambiciosos, mas pronto, pelo menos passados 7 anos de concessão temos finalmente o reconhecimento de que este processo de concessão dos transportes públicos quando foi desenhado inicialmente, foi um enorme falhanço da gestão camarária do senhor presidente e pelo menos temos esse reconhecimento hoje nesta Assembleia.*

*Nós não vamos voltar a litigar aquilo que foi a posição do Bloco de Esquerda em relação a esta matéria. Nós fomos e somos contra esta opção da Câmara Municipal de entregar este serviço público a privados.*

*E este ponto também nos suscita duas observações, para além daquelas que já foram feitas. Em 1º lugar, era possível outro desfecho para a MoveAveiro. Até agora, a somar a este aumento de verba que a Câmara Municipal pretende alocar ao concessionário de 500 mil euros, nós tivemos mobilização de recursos públicos, nomeadamente administrativos, da Câmara para captação de fundos financeiros para atualizar o material circulante na operação da Transdev e da AveiroBus.*

*Por que é que esses esforços não foram feitos, aquando da MoveAveiro estava em operação?*

*E em cima de várias injeções de verbas que foram feitas ao longo destes 7 anos de operação e que podiam ter sido mobilizados, os reforços podiam ter sido feitos para salvar MoveAveiro, que era um serviço público que dava resposta, apesar de todas as insuficiências, apesar de todos os ataques, que a maioria PSD/CDS fez à MoveAveiro, antes do Senhor Presidente ter assumido as rédeas da Câmara, ainda na altura de Élio Maia. Apesar de todos esses ataques, mesmo assim, continuava a dar um melhor serviço aos utentes e à população de Aveiro.*

*A segunda observação que esta observação nos suscita é que, a gestão camarária é efetivamente fora da caixa! E nesse aspeto, nós queremos também parabenizar o Senhor Presidente, porque geralmente quando um concessionário presta um serviço a uma entidade pública como a Câmara ou até mesmo uma entidade privada, geralmente quando esse concessionário faz um mau serviço, quando por exemplo, no caso dos transportes, quando se atrasa reiteradamente, quando suprime carreiras e autocarros sem aviso prévio à população, etc, aquilo que é convencional era que a entidade que está a contratar penalizasse o concessionário por incompetência. Mas a gestão da Câmara e a gestão de Ribau esteves é tão inovadora, tão fora da caixa, que aqui é ao contrário.*

*Nós premiamos a incompetência. Nós premiamos um concessionário que faz um mau serviço aos utentes, que se atrasa, que suprime autocarros muitas vezes, que infelizmente coloca motoristas a circular a fazer as carreiras, motoristas que não estão preparados, que não conhecem sequer as carreiras que têm que fazer, que muitas vezes têm de ser os*

*próprios utentes a ensinar os motoristas a funcionar com a carreira, portanto, é o grau de tal ordem de incompetência na gestão do concessionário deste serviço público.*

*Aqui a Câmara Municipal de Aveiro com a gestão de Ribau Esteves a incompetência é premiada e, portanto, também queremos salientar e sublinhar essa inovação, que a Câmara Municipal de Aveiro e o Senhor Presidente traz à gestão municipal, que é premiar a incompetência, quando muito provavelmente, deveria estar era a penalizar a incompetência.*

*E, portanto, eram estas as notas que nós queremos deixar aqui para esta discussão. Nós consideramos que este ponto e estarmos a discutir este ponto nesta altura é um enorme reflexo, um falhanço, que foi o desenho do contrato de concessão. Não obstante, as posições de fundo, de sermos contra a concessão. Nós até, agora, até colocamos isso de lado e estamos só a olhar para a concessão, sem qualquer contexto. E nesse aspeto a discussão deste ponto é um reflexo do enorme falhanço que foi a concessão. Mas pelo menos, pronto, passados 7 anos cá estamos nós para, num processo meritório de autocritica do Senhor Presidente, sanar algumas insuficiências, algumas falhas, que esta concessão teve na sua raiz.*

*E queria também só deixar aqui algumas perguntas para o Senhor Presidente. Nós queremos saber, para além daquelas considerações que fez no início, se mais estes 500 mil euros que vai colocar no concessionário, se vão servir para finalmente acabarmos com os atrasos reiterados no serviço e se vamos acabar também com as supressões do serviço e se vamos acabar também com a supressão de serviços aqui em Aveiro. Os autocarros são suprimidos sem qualquer notificação às populações. Porque, para além das questões de aumentar a oferta e o serviço público que devem ser feitas, acho que há falhas num processo, falhas numa gestão deficitária do serviço que é prestado atualmente, que devem também ser colmatada. E nós esperamos que estes 500 mil euros também sirvam para isso. Disse.”*

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Muito boa noite a todos. Relativamente ao assunto que está nos traz a Câmara, obviamente, nós somos de acordo com o projeto que nos é apresentado de um reforço das carreiras. Está na documentação que nos foi entregue, quais são as carreiras que são reforçadas, qual é a frequência, qual é o aumento, se de dia, se de noite, está tudo lá. Há pessoas que certamente não terão tido tempo para consultar a documentação e é mais fácil dizer que não sabem o que é que se está a falar. Assim como está lá a justificação para os 500 mil euros. É o aumento de quilometragem basicamente, que as novas carreiras e as novas frequências vão ocupar e que têm de ser pagos. Tudo isso está na documentação.*

*E achamos interessante que haja quem venha dizer que não sabe, que desconhece, e que ainda venham falar na questão do serviço público deva ser prestado pela Câmara.*

*Nunca fizeram chegar um Excel a dizer quanto é que era preciso gastar em autocarros! Já se esqueceram qual era a idade média da frota da MoveAveiro? foi salvo erro, exceção de um autocarro, tudo para a sucata. Portanto essa era a qualidade que as pessoas que falaram antes de mim gostavam de ter no transporte público — andar em cima de sucata. É provável que nalguns países que essas pessoas gostam dos sistemas de governo, estejam habituados a andar em sucata. Nós cá gostamos de coisas um bocadinho melhores.*

*E, portanto, a idade média dos autocarros baixou imenso, a qualidade do transporte é melhor.*

*Está tudo bem? Claro que não. Mas é por isso que se vão fazer alterações ao contrato na medida que vai decorrendo. Também a população aumenta e é natural que a oferta tenha*



*de aumentar em relação à procura, isto é o mercado. Mas essas pessoas, como sempre, quando ouvem falar de mercado, acham que é o mercado da hortalíça, acham que é um fantasma que vai atrás delas, nem sabem que a oferta e a procura estão correlacionadas e, portanto, nem avançam a pensar nesses assuntos. Portanto continuamos com este tipo de pretensa oposição, porque neste caso, a oposição que está na Câmara até votou a favor. E, portanto, perceberam o alcance da medida e o que é que se pretende — isto foi aprovado na Câmara por unanimidade. E, portanto, é evidente que a maior parte dos aveirenses está de acordo com isto e vamos em frente, votaremos a favor.”*

Vogal João Moniz (BE)<sup>011</sup>

Vogal Jorge Greno (CDS)<sup>012</sup>

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>013</sup>

*“Relativamente a este assunto a primeira nota é obviamente uma nota de salientar que, Aveiro nos tempos que correm, clama por um serviço de transportes públicos como provavelmente nunca o fez. Aliás, basta circularmos aqui pelas nossas ruas para percebermos que essa será provavelmente uma das únicas soluções para o problema de mobilidade, que eu acho que não temos tempo aqui para escarpelizar. Temos várias origens no problema, mas que neste momento é absolutamente crítico, porque é fundamental utilizar o serviço público de transportes. Que é de tradição em Aveiro, é dos municípios têm serviço público de transportes há muito tempo para resolver os problemas de mobilidade dos aveirenses. E, portanto, tendo esta premissa como base, de que este serviço é fundamental e mais fundamental se torna nos dias de hoje é, obviamente, com agrado, que registamos que há um esforço do município para aumentar aquela que é oferta.*

*Posto isto, há aqui um conjunto obviamente de considerações que gostaríamos de tecer sobre esta proposta que nos é trazida. A primeira é muito simples. É que, maior não é necessariamente melhor. Ou seja, mais não é necessariamente melhor.*

*O que significa que, basicamente o que temos aqui é uma proposta de aumento quantitativo. Obviamente tem especificações em termos de carreiras, em termos de horários, etc, etc. Mas importa perceber se efetivamente esta é a questão que responde àquelas que são as necessidades dos aveirenses.*

*Podemos obviamente acompanhar aqui esta ideia de que há um assumir aqui de que as coisas não estão bem, mas o lado positivo é que assumindo e corrigindo, estamos no caminho para dar resposta àquelas que são as necessidades dos cidadãos.*

*Há aqui algumas questões que merecem algumas considerações ou algumas perguntas. Por exemplo, se o aumento contempla de forma significativa aquilo que é a ligação entre as diversas freguesias e se não resume apenas ao centro, do ponto de vista daquilo que é a geografia do município. Há aqui também uma questão que tem a ver com o facto percebermos se as carreiras que vão acontecer em regime noturno também são em volume suficiente e se circundam aquelas que são necessariamente as áreas carecem de uma oferta deste tipo de serviço. E eu já explico porque é que estou a fazer estas perguntas.*

*E depois há aqui um aspeto que transcende esta medida. É que eu diria que a questão do aumento desta oferta tem que ser acompanhado por um conjunto de medidas que permitam que esta oferta se concretize na prática. Eu já desafio o Senhor Presidente, a ser mais ambicioso, naquilo que está a fazer em termos de transportes públicos.*

*Deixe-me dar 2 exemplos. Se nós atendermos à dimensão das paragens que foram construídas, nós vamos reparar que as paragens são exíguas. Se nós tivermos uma afluência significativa de passageiros na utilização do transporte público as atuais são exíguas. Pode-me dizer, bem as paragens não podem ser infinitamente estendidas à*

*medida dos passageiros. É verdade. Mas aquelas que nós temos ou algumas das que nós temos, revelam precisamente esta pouca ambição e, portanto, não albergam sequer 10 pessoas abrigadas na paragem. E, portanto, quando estamos a falar num projeto desta dimensão, temos que fazer o acompanhar destas medidas para que efetivamente as pessoas sintam confortáveis, no momento de espera do transporte público.*

*Outro aspeto que é absolutamente fundamental do ponto de vista daquilo que é o funcionamento desta oferta ou de uma oferta acrescida. Teve capacidade o município garantir com o concessionário, que um conceito ao transporte público, que é o de velocidade comercial da frota se possa concretizar. Ou seja, tem que haver medidas que acompanhem, por exemplo, supressão de estacionamentos em segunda fila que sistematicamente façam com que os veículos parem e arranquem, parem e arranquem!*

*Isso provoca atrasos, provocam perda de viabilidade, e quando há perda de fiabilidade há a perda de confiança no sistema e as pessoas não aparecem.*

*A questão das supressões, igual. A questão da informação no sistema ao passageiro. Senhor Presidente, vai-me desculpar, eu já insisti nesta questão não sei quantas vezes, é absolutamente diria que inadmissível que uma questão que é basicamente tecnológica, que se encontra na maior parte das cidades europeias de média e pequena dimensão, numa cidade que tem Steam e que tem coisas tecnológicas, isto não esteja a funcionar.*

*Dou-lhe 2 exemplos. Não há uma informação nas paragens que permita que as pessoas saibam quanto tempo é que o autocarro demora a chegar!? Eu sou utilizador misto, utilizo o automóvel e utilizo o transporte público. Se andar num veículo de transporte público, tem um sistema de informação ao passageiro interno que tem 3 situações ou está desligado, ou o aviso sonoro não acompanha o percurso e, portanto, está desfasado ou então uma coisa absolutamente caricata é quando a paragem tem letras que são exclusivas do alfabeto português, nomeadamente ç e tils aquilo aparece tudo desconfigurado.*

*Isto obviamente que entronca numa situação, que é aquela que também já coloquei aqui ao Senhor Presidente. Estas críticas podiam ser endereçadas diretamente à empresa, mas estamos num processo de concessão. E, portanto, o que eu reitero do ponto de vista desafio é que exerça a sua competência, enquanto concedente, e faça sentir à concessionária que tem que cumprir estes requisitos para que nós tenhamos um serviço de transporte público de qualidade. Ou seja, em síntese, eu que eu diria é que um acréscimo quantitativo sim, merece como mereceu a nossa concordância, mas parece-nos obviamente que é exíguo face àquilo que são as necessidades do município neste momento em termos de transporte público.*

*E, portanto, tem que haver aqui, não vou dizer coragem, mas tem que haver aqui alguma ousadia de ir para além daquilo que é o aumento desta oferta quantitativa e implementar um conjunto de medidas que efetivamente ajudem que os transportes públicos seja uma solução para que os aveirenses possam ter uma qualidade de mobilidade melhor do que aquela que tem até à data. E nesta fase, penso que esta é a questão fundamental.*

*Depois há aspetos (para finalizar) que vêm obviamente referidos no parecer da Autoridade da Mobilidade dos Transportes e que eu penso que serão obviamente acautelados e cuidados pelo município, para que o parecer que está obviamente condicionado, mas a Câmara obviamente tem equipas que serão capazes de decifrar e de responder cabalmente àquilo que são as condicionantes do parecer. Mas, genericamente sim, a medida é positiva, mas este é um desafio que lhe deixo, e já o fiz aqui, que como concedente faça exercer obviamente das suas competências e que, entre aspas, aperte com o concessionário, para que os transportes públicos possam efetivamente passar para outro patamar”*

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[014](#)

*“Boa noite Senhor Presidente. Eu só quero dar nota aqui, já muito coisa foi dita aqui. Todos nós temos consciência de que um dossier como este, de transportes públicos, numa cidade pequena como é a cidade de Aveiro, é um desafio. Entre esse equilíbrio entre o que se gasta e o serviço que se presta. O que o Francisco acabou de dizer, para mim, é um processo continuado de melhoria do serviço de transportes públicos que está a acontecer desde o dia em que, de facto, a Câmara concessionou este serviço à Aveiro Bus.*

*E claramente, porque como Jorge Greno referiu e muito bem 90% do material circulante foi para a sucata. E, portanto, significa que de facto a qualidade do material circulante, que é para usufruto dos munícipes, melhorou substancialmente.*

*Em 7 anos, o Presidente referiu e muito bem, houve aqui episódios, nomeadamente o episódio do Covid, que foi de uma violência para o setor dos transportes públicos — e todos temos consciência disso. Aquilo que está neste momento a ser proposto com esta revisão contratual é, no fundo, para mim a parte mais relevante de tudo isto, é perceber que há estudos por detrás destas decisões que estão a ser tomadas e este equilíbrio de gestão, entre aquilo que se pode fazer e aquilo que é, de facto o mercado de utilizadores dos transportes numa cidade como Aveiro.*

*Eu julgo até que foi o Presidente uma vez já aqui há uns tempos numa sessão que referiu que o Metro do Porto é uma operação deficitária. Deficitária numa cidade como o Porto. E, portanto, vejam o equilíbrio quando se fala, da interligação entre freguesias. Quando se fala da interligação com o serviço de autocarros entre freguesias, reparem que esta esta dimensão da escala ainda se nota mais e ainda é mais desafiante para quem faz a gestão disto.*

*Portanto, em resumo, acho que o acompanhamento está muito bem feito, a decisão que estamos a tomar está a ser suportada com base em estudos e, de facto, o caminho é sempre no sentido da melhoria e é isso que está a ser feito.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[015](#)

*“Senhor Presidente, na pessoa do senhor presidente saúdo quem nos está a ouvir lá em casa. Neste ponto, a entrada no seu serviço da BusWay, depois de uma pandemia violenta para este setor, e após um estudo feito por uma empresa da área, teremos um aumento das carreiras ao fim de semana, um aumento das carreiras noturnas, criação de 2 novas carreiras urbanas, e mais 300 mil quilómetros anuais percorridos. E temos o parecer favorável da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes. Com estas premissas, o PSD votará favoravelmente esta proposta. Muito obrigado.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[016](#)

### Membros da Assembleia

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[017](#)

*“Senhor Presidente, é só fazer o enquadramento da expressão que o Senhor Presidente deu de dizer que o Município vai poluir mais. Objetivamente mais autocarros, explicar às pessoas para entenderem enquadramento disto, mais autocarros, mais transportes, e mais quilómetros, objetivamente significa mais carbono para a atmosfera.*

*A ideia e objetivo disto é esse excesso de carbono ser encurtado pelo transporte individual de cada um de nós. É em menos carros na cidade. Esse é o objetivo para que se entenda porque é que se está a dizer isto.*

*A outra questão é a expressão qualidade de serviço aqui nos transportes. Qualidade nos transportes públicos não ter autocarros novos nem com uns bancos confortáveis ou aquecidos. Significa ter autocarros com um serviço confiável. Simplesmente fazer este tipo de parenteses para as pessoas perceberem mais ou menos o que cada um de nós está a defender nestes termos. Obrigado.”*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>018</sup>

*“Duas questões. Vamos lá pôr o carbono em dia Pedro. Eu não fiz a sua conta. Eu fiz só conta do autocarro. Mesmo que não conquistemos mais um passageiro, ok. Mas deixar claro que mesmo que o Tribunal de Contas seja muito rápido, os 10 novos autocarros, que são novos além do mais, com a chegada, vamos ter a mais jovem frota, a mais baixa idade média de todas as unidades de todas as operações de transportes público rodoviários em Portugal.*

*Com a chegada destes 10 novos autocarros elétricos, vão chegar antes do visto do Tribunal de Contas, nós, quando eles entrarem em operação (vão entrar em operação antes) e quando começar o crescimento dos tais 300 mil quilómetros, na soma, no deve e haver, vamos emitir menos carbono. Obviamente que depois há a outra conta que o Pedro fez e bem, quer dizer um dos objetivos deste crescimento é pouparmos emissões das viaturas individuais, pois com certeza. É nessa soma que nós queremos ter dois ganhos. Mas o primeiro ganho, deixemos claro que é este.*

*A outra questão da qualidade, ó Pedro, deixe-me só somar as 2 coisas. Para mim, qualidade de serviço não é autocarros velhos e rotos e cumpridores de horários! Não. Para mim, qualidade de serviço é autocarros novos com qualidade, fiabilidade, e prontidão no cumprimento dos horários. São as duas coisas somadas.*

*Não é admissível, aliás hoje ninguém admitia, nem a lei nem as autoridades fiscalizadoras, nós fossemos buscar a frota da MoveAveiro e a pudéssemos operar. Não.*

*Portanto é o somatório das 2 coisas. Qualidade dos autocarros, das viaturas, eles têm que ter qualidade, tem que ter conforto, e a operação tem que ter fiabilidade, tem que ser cumpridora dos seus horários. Muito obrigado.”*

**Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>019</sup> Ponto 1 – Apreciação e votação do Segundo Acordo de Modificação Objetiva ao Contrato e prévia autorização da repartição dos encargos do “Contrato para a Concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros e do Serviço Público de Transporte Fluvial de Passageiros e Viaturas, e das Oficinas e do Centro Coordenador de Transportes de Aveiro”, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor (PSD19+CDS5+CH1+PS6+PAN2), zero abstenções, três votos contra (BE2+PCP1).**

Seguiram-se as declarações de voto:<sup>019</sup>

Vogal Francisco Picado (PS):

*“Solicito que a minha intervenção seja a minha declaração de voto.”*

Vogal Pedro Rodrigues (PAN):

*“Solicito que a minha intervenção seja a minha declaração de voto.”*

## **Ponto 2 – Apreciação e votação da Concessão de Exploração da "Casa de Chá do Rossio" - abertura de Procedimento por Concurso Público.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 27/10/2023, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).*

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara<sup>020</sup> para apresentação do documento em epígrafe.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>021</sup>

*“Muito obrigado. Em termos literais é daqui a umas semanas que podemos ir à casa de chá. Obviamente, Vexa referia-se a ordem de trabalhos e, portanto, de forma muito sumária, dar conta de que, como é sabido e visto a obra vai-se aproximando do fim e este é o tempo de lançarmos o procedimento de concessão da “Casa de Chá do Rossio”. Foi uma grande discussão entre nós o nome, uns pretendiam apenas chamar-lhe bar-esplanada, mas, enfim, havia a velha casa de chá do rossio e entendemos que o memorial devia ser mantido e, como em regra, as pessoas não chamam casa de chá à Casa de Chá do Museu Arte Nova, pronto, enfim, ficou o nome e estas coisas valem só o que valem. Portanto fizemos uma analogia à tipologia de concessões que temos desenvolvido. 10 anos, 2 mil euros mês, um preço ligeiramente superior ao que temos na concessão exatamente da Casa de Chá do Arte Nova, porque entendemos que esta é uma operação mais valiosa em termos comerciais, com as interrogações de ser uma operação absolutamente inovadora. Não temos nenhum histórico para dizer agora será o mercado que o dirá. E, portanto, é nas condicionantes base do preço, do prazo e de lógica idêntica àquelas temos seguido, a proposta que trazemos à Assembleia Municipal. Estou ao dispor para uma questão que entendam por bem. Muito obrigado.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>023</sup>

*“Senhor Presidente, neste ponto, nós não temos muito a acrescentar aquilo que está apresentado. Pessoalmente, talvez preferisse uma localização ligeiramente diferente, mais próximo do lago praça do Rossio, para melhor apoio da zona e deste modo não sobrecarregar a zona habitual de zona de bar. A diferença de 40 a 60 metros pode não parecer muito, mas acompanhado por uma interface técnica poderia facilitar a dinamização dos eventos da nova praça. É um pormenor, é o que vale. Obrigado.”*

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>024</sup>

*“Muito brevemente. Primeira, o nome de casa de chá nem sequer é na Major Pessoa, Casa de Chá era no Parque da Cidade. Era assim antes que era conhecida. E nunca houve casa de chá nenhuma no Rossio. O que havia era uma coisa diferente. Foi nos anos 60 uma estrutura em madeira sobre o canal e não era casa de chá que se chamava. Mas eu não vivi nessa altura pois ainda sou novo. Mas de qualquer maneira já estamos com três casas de chá, não é mau. O que deve querer dizer que na Câmara também faz falta um bocadinho de chá à Câmara e às vezes falta muito e, portanto, pode ser que isto ajude.*



*A segunda nota, só tem a ver com o programa do procedimento. Eu acho que o programa foi dos melhores que li, sou sincero. Mas depois tem uma outra coisa que me chamou atenção. Acho que está muito bem feito, as peças processuais, parabéns aos juristas da Câmara, mas depois tem uma outra nota que eu penso que foi por lapso. O foro é, no final dos contratos combinam-se onde é que se vai discutir se houver azar, não há-de haver, e o Tribunal que lá está é o Tribunal Administrativo do Porto!? Ora não faz grande sentido ser no Porto. Penso que será só gralha até. Acho que isso se pode corrigir sem ter de voltar a vir aqui. Chamava a atenção para isso. Colocar o Tribunal de Aveiro é o que faz sentido.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>025</sup>

*“Muito obrigado. Pedro obrigado pela dica, mas já lá vai o tempo não é. Portanto tomei boa nota da sua opinião, mas já lá vai o tempo de discutir isso. Eu não sou grande fã de chá, sinceramente. Eu gosto mais de ir lá pedir um chazinho, mas quero de cevada e frio. Pronto, é uma nuance de chá. Enfim, e aqui olhe, foi uma lógica de memorial, de memória, eu aprendi isto, depois posso mandar aquilo que me convenceu a mim. A casa de chá para mim era um bar esplanada. Era o bar esplanada do Rossio. Não me estou a ver ir lá beber chá, mas talvez com uma idadezita mais avançada pode ser.*

*Agradeço-lhe nota. Eu, uma coisa que temos aprendido agora são as competências. Eu não sei se é lapso, e peço até à Assembleia, senhor Presidente, que nos permitam verificar se é lapso e corrigir, porque hoje há alguma tipologia de procedimentos que o nosso Tribunal é direto do Porto, designadamente administrativo e fiscal. Depende da tipologia. Sinceramente, pronto, só peço autorização ao senhor presidente da Assembleia se confirmar que é lapso corrigi-lo amanhã mesmo. Poderá não ser, porque, de facto, hoje há certas tipologias de processos que vão diretas, ao nosso tribunal de segunda instância, que é no Porto e que para certa tipologia de processos é de Primeira Instância. E, portanto, peço apenas essa autorização para se for erro corrigi-lo, mas poderá não ser erro e estar correto. Obrigado.”*

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>026</sup> Ponto 2 – Apreciação e votação da Concessão de Exploração da "Casa de Chá do Rossio" - abertura de Procedimento por Concurso Público, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor (PSD19+CDS5+CH1+PS6), cinco abstenções (PAN2+BE2+PCP1) e zero votos contra.**

Não houve declarações de voto.

### **Ponto 3 – Apreciação e votação da Alteração às Estruturas Nuclear e Flexível da Organização dos Serviços Municipais do Município de Aveiro.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 27/10/2023, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).*

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara<sup>027</sup> para apresentação do documento em epígrafe.



### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[028](#)

*Obrigado senhor Presidente. Mas farei a introdução aos pontos 3 e 4 porque eles têm uma relação absolutamente íntima e, portanto, não intervirei outra vez. A questão aqui é muito simples. Nós vamos lançar os concursos para as chefias de terceiro nível. São poucos os lugares, mas pronto, nós queremos avançar para essa frente da densificação da nossa estrutura orgânica. E há uma das nossas unidades orgânicas que é a Polícia, em que entendemos que há um conjunto de agentes que devem ser elegíveis, mas que não são licenciados, não têm licenciatura.*

*E, portanto, a proposta de alteração do ponto 3, no fundo, acomoda essa possibilidade. E no ponto 4 é o Regulamento para regulamentar os vários passos chave. Já fica decidido o júri do concurso, enfim, estas componentes para nós podermos ato imediato, obviamente após deliberação de Câmara, lançar o procedimento de concurso. Portanto são questões desta objetividade e desta simplicidade formal, para nós termos estes dois instrumentos base devidamente aprovados pela Assembleia Municipal, para podermos passar ao lançamento destes procedimentos concursais que são abertos, obviamente, há sempre aqui uma perspetiva mais interna da elegibilidade dos funcionários da Câmara Municipal, embora muitos concursos são abertos, como é prática legal e, obviamente, em nome daquele que será o júri, garantir, obviamente, que seguiremos com os meus os princípios de os concursos serem ganhos pelos melhores candidatos de cada um deles. E obviamente estou ao dispor para alguma questão que entendam por bem.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[029](#)

*“Obrigado Senhor Presidente. Neste ponto eu tenho algumas dúvidas no processo por causa da atribuição do nível 3. Não que ache que a experiência valha menos que uma licenciatura, a questão não é essa. No entanto, incomoda-me um pouco haver uma definição tão aberta quando se diz “sejam detentores do currículo profissional relevante na área de atuação do cargo a prover”. O que é um currículo profissional relevante equiparado uma licenciatura? Incomoda-me isto, porque pode haver uma brecha e permitir um vencimento equiparado a um licenciado como forma de pagamento de favores de quem tenha mérito para isso. Acho importante discutir o tema de uma forma separada. Eu percebo que não é este o objetivo. É uma forma de favorecer quem já está nos quadros há muito tempo e pela sua antiguidade e desempenho, assume características e funções para isso. Mas incomoda-me ver aqui esta porta entreaberta que possa ser usado de uma forma menos, como dizer, séria. É só. Obrigado.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[030](#)

*“Ó Pedro eu percebo o que disse como é evidente. É uma questão legítima. Embora às vezes para embrulhar estas conversas eu gosto de misturar tudo, enfim, para que é que serve isto das licenciaturas se Presidente da República em Portugal pode não ter licenciatura nenhuma. A única coisa que tem que ter é a maioria e, de resto, até pode na teoria um analfabeto. E é o Presidente da República do país. Ou mesmo para se ser deputado, ou exercer altos cargos da nação não é preciso ter licenciatura. Mas, enfim, para ser chefia de uma câmara é preciso. Pronto, isso pode dar aqui uma grande discussão. Mas saltemos fora, as regras são estas. Especificamente, numa unidade orgânica que é muito especial, que é a da polícia municipal, e estou a colocar todas as cartas viradas para cima na mesa, nós entendemos que devem ser elegíveis pessoas que*

*têm, de facto, um currículo relevante. Nós temos polícias com 2, 3, 4 anos, até podem ser excelentemente fantásticos, mas não chega para equiparar com currículo de uma licenciatura, nem coisa que se pareça. Agora se têm 10, 15, 20, com uma avaliação desse mesmo currículo que tem essa densidade, pois com certeza, aqui ninguém paga favores a ninguém como é evidente. É uma questão de puro mérito, mas entendemos em áreas onde, depois temos outro tipo de problemas, quantos dos nossos polícias são licenciados? Pois, temos aí um ou outro problema. Mas para aquelas 2 subunidades orgânicas que nós temos, tem que ser polícias, não podem ser outro tipo de pessoas e, portanto, depois temos o problema de recrutamento. Portanto, é uma análise muito objetiva e concreta, mas obviamente que a ponderação e obviamente o Pedro e todos os membros da assembleia municipal podem aceder aos dossiers que bem entenderem, para verificarem de que forma é que o júri, obviamente, olhando aos candidatos, ponderou esta condicionante que propomos de forma absolutamente clara e aberta que seja colocada na antecâmara deste concurso que estamos a preparar. Muito obrigado.”*

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>031</sup> Ponto 3 – Apreciação e votação da Alteração às Estruturas Nuclear e Flexível da Organização dos Serviços Municipais do Município de Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor (PSD19+CDS5+CH1+PS6+PAN2), três abstenções (BE2+PCP1) e zero votos contra.**

Vogal Pedro Rodrigues (PAN):

*“Solicito que a minha intervenção seja a minha declaração de voto.”*

**Ponto 4 – Apreciação e votação do Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau do Município de Aveiro.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 27/10/2023, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).*

Aberto o período de inscrições pelo Presidente Mesa sobre o assunto em epígrafe, não se verificou a inscrição de nenhum deputado.

**Não se verificando inscrições, o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>032</sup> Ponto 4 – Apreciação e votação do Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau do Município de Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor (PSD19+CDS5+CH1+PS6+PAN2), três abstenções (BE2+PCP1) e zero votos contra.**

Não houve declarações de voto.

**Concluída a Ordem do Dia, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa<sup>033</sup> colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à Sessão Extraordinária, não se verificando oposição. Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.**

**Submetida à votação foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.**

**De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Extraordinária em Novembro.**

**Eram 23:00 horas do dia 06 de Novembro de 2023.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.**

(2:30)